

## Fogos tornar-se-ão mais incontroláveis se não houver prevenção

Fogos serão mais severos nas regiões de clima mediterrânico, Portugal incluído. Só o combate não chega, é preciso mudar a gestão da floresta. Um novo estudo mostra como a ilusão do combate pode aumentar a gravidade dos incêndios.



O investigador Francisco Moreira.  
© Reinaldo Rodrigues/Global Imagens

### Filomena Naves

14 Janeiro 2020 — 23:27

Olha-se para os gráficos e está lá tudo. Quando se sobrepõem os dados relativos às áreas ardidas e às condições meteorológicas para cada ano, nas últimas décadas, o retrato é muito nítido: **em anos de verões mais quentes e secos, depois de as chuvas da primavera terem ajudado à pujança da vegetação, os inevitáveis incêndios florestais queimam sempre áreas mais vastas.**

Soa familiar, não é? Mas a novidade é que isto é assim, não só para Portugal, mas para todas as regiões do mundo que comungam do mesmo tipo de clima mediterrânico: a bacia mediterrânica, claro, que abrange todo o sul da Europa, mas também regiões do Chile e da África do Sul, a Califórnia e a Austrália Ocidental. A conclusão torna-se então inevitável: **colocar a ênfase no combate aos incêndios, como tem acontecido até agora, "está destinado a falhar" e, por isso, "é preciso mudar de paradigma" e centrar os esforços de forma equilibrada em prevenção e combate**, algo que não tem acontecido em nenhuma destas regiões.

É isso que mostra um estudo agora publicado na revista científica [Environmental Research Letters](#), que envolveu 22 investigadores dos países em causa, e que foi liderado por

Francisco Moreira, do [Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos](#) (CIBIO), da Universidade do Porto, e do [Instituto Superior de Agronomia](#) (ISA), da Universidade de Lisboa. José Cardoso Pereira e Filipe Catry, do ISA, e Paulo Fernandes, da [Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro](#) (UTAD) são os outros três portugueses que integraram o estudo.

**"O que os nossos dados mostram é que a estratégia seguida até agora, que põe a ênfase no combate ao fogo e nos meios para o fazer, não resolve o problema, e por isso as nossas recomendações vão no sentido de mudar esse paradigma"**, resume o coordenador do estudo, Francisco Moreira.

Claro que nem todos os anos são desastrosos. Ao longo das últimas décadas, houve uma série de épocas em que a área ardida foi menor. No entanto, "isso deveu-se sobretudo a condições meteorológicas benignas, e não ao sucesso de uma suposta política de combate aos incêndios", frisa Francisco Moreira.

Mais: esses anos "bons", por assim dizer, acabam por funcionar como um simples adiamento de anos catastróficos, visto que contribuem para a acumulação de vegetação - leia-se combustível -, que há de favorecer os incêndios de grandes proporções impossíveis de combater em condições meteorológicas adversas, por mais meios de combate que haja.

É precisamente um desses anos de catástrofe que a Austrália vive neste momento, e na memória coletiva estão ainda bem presentes as tragédias dos fogos de 2017 em Portugal, que causaram 116 mortos, os da Grécia em 2018, com 102 vítimas mortais, ou ainda os da Califórnia, nos últimos dois verões.

No contexto das alterações climáticas que é já o nosso presente, tudo isto tende a agravar-se, com a ocorrência mais frequente de verões mais quentes, com ondas de calor mais prolongadas e secas mais severas, segundo as estimativas dos modelos climáticos.

**"Apostar tudo no combate e nos meios aéreos não é solução" resume Francisco Moreira.**

Os autores do estudo recomendam uma mudança de paradigma que aposte na prevenção, sem necessidade de diminuir os esforços no combate aos incêndios. "Entre outras ações, **é necessário uma gestão permanente da vegetação e, junto de áreas urbanas, criar cinturas de segurança, que podem ser agrícolas, o que implicará novas políticas a nível europeu**, nomeadamente com incentivos nesse sentido, para se reduzir a vulnerabilidade ao fogo nestas regiões", conclui. Adiar essa mudança é manter o cenário de novas catástrofes pelo fogo no futuro.

*Artigo publicado originariamente na edição impressa do DN de 11 de janeiro*